

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TAEDES IFRAN FREITAS

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS NAÇÕES:
ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DA ALEMANHA, RÚSSIA,
JAPÃO, COREIA DO SUL, CHINA E BRASIL.**

**DOURADOS – MS
2014**

TAEDES IFRAN FREITAS

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS NAÇÕES:
ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DA ALEMANHA, RÚSSIA,
JAPÃO, COREIA DO SUL, CHINA E BRASIL.**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Msc. Enrique Duarte Romero

Banca Examinadora:
Professor: Alexandre de Souza Correa
Professora: Soraia Santos da Silva

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS NAÇÕES:
ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DA ALEMANHA, RÚSSIA,
JAPÃO, COREIA DO SUL, CHINA E BRASIL.**

TAEDES IFRAN FREITAS

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Professor Msc. Enrique Duarte Romero
Presidente

Professor Msc. Alexandre de Souza Correa
Avaliador

Professora Dra. Soraia Santos da Silva
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus por ter me ajudado a chegar até aqui, e sempre estar comigo nos momentos mais difíceis me dando forças para continuar sempre lutando e alcançado meus objetivos.

A minha família, que sempre me apoiou a cada decisão tomada, e foi de suma importância para que eu concretizasse mais um dos meus sonhos.

Às amigas que fiz durante a graduação, que contribuíram muito durante este período da minha vida e com certeza ficarão guardadas para o resto da vida em minha memória.

Aos colegas mais próximos, em especial à Renata, Diose, Larissa, Rodrigo, Josiane, Clévito e Joyce que estiveram sempre presentes nas aulas e trabalhos em grupo.

Ao Danilo, pelo companheirismo, apoio e força nos momentos que mais precisei durante a graduação e concretização de mais esta etapa da minha vida.

Ao meu orientador, Professor Enrique, por toda atenção prestada e por todo conhecimento repassado sempre de forma atenciosa e intuitiva.

A toda equipe do curso de Ciências Econômicas da UFGD e da FACE/UFGD que sempre estiveram prontos para dar o melhor suporte e atendimento aos alunos ali presentes.

A todos, meus profundos agradecimentos.

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência,

é o período mais difícil da vida de alguém.”

(Dalai Lama)

RESUMO

O desenvolvimento econômico tem a pretensão de atender o bem-estar geral da sociedade. Porém, outros grandes objetivos são enfocados – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente - e neste sentido, busca-se a mudança para o melhor, envolvendo formas estruturais, culturais e institucionais de progresso social e tecnológico das nações. Dessa forma, o trabalho tem o objetivo de fazer uma abordagem histórica de como se processou o desenvolvimento econômico da Alemanha, Rússia, Japão, Coreia do Sul, China e Brasil. De modo que, de posse das construções desenvolvimentistas dos países citados, far-se-á um esforço no sentido de entendimento comparativo a respeito dos métodos e estratégias utilizados para o alcance do desenvolvimento econômico destas nações. A metodologia utilizada está compreendida em uma revisão bibliográfica que tem por finalidade descrever os processos de desenvolvimento econômico citados, especificando estas regiões que são consideradas de suma importância para a história econômica global das nações. O resultado obtido, é que o desenvolvimento econômico das mesmas foi baseado em políticas estrategistas para o avanço, porém acompanhados de vários empecilhos até incrementar o desenvolvimento de fato. Dentre os pontos cruciais na análise, se destacaram as crises financeiras geradas, as questões cambiais, envolvimento em guerras e conflitos, realização de políticas expansivas e restritivas, presença de protecionismo comercial, opção pela infraestrutura, entre outros.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Econômico; Estratégias; Avanço; Análise.

ABSTRACT

The economic development does claim to serve the general welfare of society. However, other major objectives are focused - the security, freedom, social justice and the environmental protection - and in this sense, seeks to change for the better, involving structural, cultural and institutional forms of social and technological progress of nations. Thus the paper aims to make a historical approach economic development proceed in Germany, Russia, Japan, South Korea, China and Brazil. So, in possession of developmental constructions of these countries, will make an effort to comparative understanding about the methods and strategies used to achieve the economic development of these nations. The methodology is comprised in a literature review that aims to expose the processes of economic development cited by specifying these regions that are considered critical to the global economic history of nations. The result is that the economical development of the same, was based on strategies to advance policies, but accompanied by various obstacles to increase the development indeed. Among the crucial points in the analysis, the generated financial crisis is highlighted, as well as currency issues, involvement in wars and conflicts, conducting expansive and restrictive policies, the presence of trade protectionism and option for infrastructure, among others.

Keywords: Economic Development; strategies; advancement; Analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil - taxas anuais de crescimento da produção industrial e do quantum das importações por gênero de indústrias - 1933/1939.....	29
Tabela 2: Brasil - taxas anuais de crescimento da produção industrial - 1939/1945.....	30
Tabela 3: Balanço de Pagamentos e reservas internacionais (em milhões de dólares).	32
Tabela 4: Crescimento do Produto Nacional Bruto e alterações nos índices de preços.	33
Tabela 5: Efeitos da Crise do Petróleo na economia japonesa	35
Tabela 6: Comércio Exterior - Coreia do Sul (2004-2007) US\$ milhões.	38
Tabela 7: Exportações da China e principais países entre 2000-2002.	43

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1.	O problema e sua importância	9
1.2.	Objetivos	12
1.2.1.	Objetivo Geral	12
1.2.2.	Objetivos Específicos	12
1.3.	Justificativa	12
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1.	Revisão Teórica	14
3.	METODOLOGIA	16
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1.	A forte expansão europeia.	18
4.1.1.	Alemanha focada na industrialização.	18
4.1.2.	Rússia militarizada para o avanço.	21
4.2.	O Brasil e o processo de substituição de importações.	25
4.3.	O organizado processo de desenvolvimento asiático.	30
4.3.1.	O Japão e sua organização exemplar para o desenvolvimento.	30
4.3.2.	A Coreia do Sul industrializada para o mercado externo	36
4.3.3.	China: uma lição de desenvolvimento econômico.	39
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema e sua importância

O desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal. A dependência do aspecto econômico em relação ao todo fazia com que não fosse possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de uma população não eclode apenas das condições econômicas, mas unicamente da situação total precedente. Dessa forma, as dificuldades de análise e de exposição que surgem, são reduzidas, na prática, se não em princípio, pelos fatos que formam a base da interpretação econômica da história; sem serem compelidos a tomarem uma posição a favor ou contra essa visão. Assim pode-se afirmar que o mundo econômico é relativamente autônomo, pois abrange uma parte tão grande da vida da nação e condiciona uma grande parte do restante que cada setor da vida social é habitado por um conjunto distinto de pessoas (SCHUMPETER, 1985).

Para Furtado (1961), o desenvolvimento econômico se configura como ideologia do desenvolvimento nacional, onde se exige um processo de diferenciação nacional do quadro da economia mundial. Para um país se desenvolver é necessário individualizar-se, e assim atribui-se enorme importância à autonomia decisiva, sem a qual não há uma autêntica política de desenvolvimento. Esta ideologia elevou a conquista dos centros de decisão em objetivo fundamental. Desse modo, é atribuído ao Estado um papel básico na consecução do desenvolvimento. Porém, desde já pode-se estar confiante de que o desenvolvimento somente se realizará se existirem condições para uma maior participação em seus frutos das massas populacionais.

Na concepção de Sachs (1997) o desenvolvimento é um conceito global e abrangente de maneira diferente do crescimento econômico, ainda considerado um fator necessário, porém não suficiente; incluindo dimensões ética, social, ecológica, econômica, cultural e territorial. Todas elas concomitantemente inter-relacionadas e formando um todo.

Porém, conforme Pires (2011), em princípio, não existe um “modelo” de desenvolvimento econômico em si, existem sim os pressupostos identificados como universais que deveriam ser adaptados por todas as nações. Incluem-se assim a criação de um ambiente econômico propício a livre iniciativa, mínima intervenção estatal, total liberdade de comércio, inserção internacional com base nas vantagens comparativas, liberdade de fluxos de capitais, entre outros. Este “não modelo” criou força em plena hegemonia britânica, quando se

tentava criar uma ordem mundial livre cambista, onde todos os países se integrassem no comércio internacional a partir das vantagens comparativas específicas de cada nação.

Desse modo, o processo para o desenvolvimento econômico acontece de forma intensificada na Europa, formando os primeiros mercados nacionais. O continente europeu mostrou que a economia nacional é estudada como um espaço político que foi modificado pelo Estado, em decorrência das necessidades e inovações da vida material, em um espaço econômico coerente, unificado, onde as atividades passaram a se desenvolver em conjunto seguindo um mesmo rumo. Participando ativamente deste processo, a Inglaterra foi pioneira a realizá-lo; mediante a Revolução Industrial despontada no sistema econômico inglês na época. Assim, os primeiros mercados e economias nacionais nascidos na Europa, não foram uma obra espontânea ou expansiva da divisão do trabalho eclodida pela tendência dos indivíduos na troca de mercadorias; mas foram uma obra do poder existente e uma estratégia política do Estado, que extraiu o novo espaço econômico de um conjunto mais amplo inicial, chamado de economia-mundo europeia (FIORI, 2005).

No modelo asiático de desenvolvimento econômico, verificou-se o alcance de elevadas taxas de crescimento econômico, forte aumento da renda *per capita*, incremento da produtividade, um grande domínio de tecnologias de ponta, criação de empresas multinacionais além de um forte mercado externo. Tal processo teve início no Japão, iniciado no fim do século XIX. No século seguinte, logo após a derrota na II Guerra Mundial, a economia japonesa e a região asiática em geral reorganizaram suas estratégias para o desenvolvimento econômico chamando atenção dos especialistas da área, devido ao grande sucesso obtido como modelo seguro de desenvolvimento, principalmente nas províncias do Japão, Coreia do Sul e Taiwan (PIRES, 2011).

Conforme Baumann (2002), as economias emergentes da Ásia foram se tornando uma referência mundial como padrão de desenvolvimento. Tudo isso, devido ao forte crescimento do produto com um notável sistema exportador, quanto também ao crescimento do valor exportado. Em explicação ao sucesso asiático nos modelos desenvolvimentistas, encontra-se a preocupação com uma forte inserção internacional com base no setor industrial dada como inevitável, visto que o mercado interno era insuficiente para assegurar a escala de produção, e também tinham noção da baixa competitividade de agroindústrias ou indústrias extrativas minerais. Portanto, o método condicional para reforçar e manter uma oferta sustentada de divisas era a exportação de manufaturas.

Para a economia brasileira, conforme Fonseca (2003), um dos fatores mais marcantes, após a década de 30, foi a grande expansão do setor industrial do país. O mesmo,

principalmente a partir de 1933, começou a liderar com altas taxas de crescimento da renda e do emprego, ao mesmo tempo em que as culturas de exportação sofriam as retransas da crise internacional. A crise agroexportadora criava condição para que a economia do país se direcionasse fortemente ao mercado interno. Desse modo, inicia-se a largada ao período de aproximadamente cinco décadas que é conhecido como o *Processo de Substituições de Importações (PSI)*. Durante a República Velha, o setor industrial baseava-se no crescimento e diversificação do setor exportador brasileiro, porém a partir da década de 30, o país retomou o crescimento do produto, sob a liderança dos setores voltados ao expansivo crescimento do mercado interno.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Tem-se por intuito neste trabalho, fazer uma abordagem histórica de como se processou o desenvolvimento econômico da Alemanha, Rússia, Japão, Coreia do Sul, China e Brasil. Desse modo, de posse das construções desenvolvimentistas dos países citados, far-se-á um esforço no sentido de entendimento comparativo a respeito dos métodos utilizados para o alcance do desenvolvimento econômico destas nações.

1.2.2. Objetivos Específicos

Especificamente, descrever a respeito dos processos de desenvolvimento econômico relacionados. Para tanto, relatar os fundamentos e mostrar as principais estratégias dos países na corrida desenvolvimentista, além de identificar as principais diferenças e detectar as características semelhantes de cada nação analisada no processo histórico de desenvolvimento econômico.

Assim, contrastar as principais similaridades e discrepâncias dos países neste contexto, de modo a entender toda a historicidade dos modelos desenvolvimentistas envolvidos.

1.3. Justificativa

Conforme Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico objetiva-se em atender fundamentalmente o “bem-estar” geral da sociedade. Porém, outros grandes objetivos são enfocados – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente - e neste sentido, busca-se a mudança para o melhor, envolvendo formas estruturais, culturais e institucionais de progresso social e tecnológico das nações.

Desse modo, esta pesquisa se justifica pelo fato de que todas as estratégias de desenvolvimento econômico mundialmente elaboradas tiveram seus prós e contras, explicitados posteriormente ao seu processo de implantação. Por conseguinte, na busca de identificar as estratégias mais importantes a serem levadas em consideração pelas nações em todo este processo desenvolvimentista, faz-se necessário acompanhamento e análise das mesmas.

Foram escolhidos os países mencionados no objetivo do trabalho, devido os mesmos serem de extrema importância em toda a historicidade do desenvolvimento econômico global. Além disso, José Luís Fiori na obra “*Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações (1999)*” faz várias abordagens a respeito dos processos, estratégias e características de

desenvolvimento econômico destas nações, no qual foi despertado interesse em realização de aprofundar melhor na abordagem dos modelos aplicados em cada país.

No final, espera-se que esta pesquisa possa demonstrar uma contribuição efetiva para o debate referente aos modelos de desenvolvimento econômico abordados mundialmente e, desse modo, verificar a eficiência dos fatores aplicados dentro destes modelos para futuras pesquisas e aplicabilidade dos métodos mais eficientes encontrados, em futuros modelos de desenvolvimento econômico a serem abordados.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Revisão Teórica

No decorrer da história do capitalismo contemporâneo, pensadores e intelectos das mais variadas áreas de estudo, tem colocado em foco o conceito de desenvolvimento econômico. Não há uma universalização desta definição para o conceito de desenvolvimento, porém para a grande maioria, faz-se referência à uma relação direta entre desenvolvimento e produção. Entre os historiadores, há uma grande preocupação em relação aos aspectos estruturais, nisso inclui-se a discussão de alguns modelos alternativos ao capitalismo. De certo modo, esta discussão contemporânea considera a produtividade econômica e aborda a questão da produtividade social, na qual está inteiramente ligada à questão do desenvolvimento econômico (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Para Sen (2000) o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades realistas de que uma pessoa aproveita. A tônica nas liberdades humanas faz relação com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o reconhecem com o crescimento do produto nacional bruto, com o crescimento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que transformam o desenvolvimento em algo importante, mais do que para os meios que desempenham papéis de relevância.

Já Lewis (1960) considera de forma importante a contribuição do crescimento econômico para o alcance do desenvolvimento, pois isso permite uma maior liberdade de escolha e de como melhor aproveitar o tempo. Ainda cita um exemplo, onde salienta que nas comunidades mais pobres, 60% ou 70% dos indivíduos precisam trabalhar na agricultura para que não falte alimento, ao mesmo tempo em que nos países ricos, 12% a 15% são suficientes para atender um padrão de vida muito melhor. Assim, as nações mais ricas possuem profissionais de saúde, cultura, educação o que é um luxo para as mais pobres. Dessa forma, o crescimento é um aliado do desenvolvimento econômico. Porém, o excessivo materialismo e o individualismo podem resultar no aumento da desigualdade das possibilidades de escolha entre os indivíduos; no entanto, essa desigualdade pode ser diminuída com medidas institucionais de interesse da coletividade.

David Ricardo em “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817) defende uma maior concentração de renda a favor dos capitalistas urbanos industriais, por serem responsáveis pela acumulação que mantém e colabora para o crescimento econômico, gerando assim mais emprego e desenvolvimento. Em sua teoria da renda da terra, Ricardo enfoca uma

forte crítica às elites agrárias que se apropriam da renda e do aluguel conseguidos da terra, dessa forma reduzindo a chamada para os investimentos produtivos e o crescimento da economia. O autor salienta que as comunidades agrárias desenvolvidas devem pagar uma carga tributária maior por ser improdutiva. Portanto, observa-se uma maior preocupação por parte do autor com o crescimento da economia, e não pensa necessariamente no desenvolvimento da economia (SOUZA, 1993).

Na visão de Simonsen (1975), o desenvolvimento econômico só conseguiria ser alcançado com uma maior participação do Estado na plena atividade econômica. O autor defendia o protecionismo econômico, a existência de um crédito barato e a substituição de importações. Simonsen representava a política dita de “desenvolvimento econômico” onde defendia por todo setor empresarial nacional associado a um planejamento global feito pelo Estado. Para uma efetiva linha de pensamento econômico, a intervenção estatal deveria atuar em áreas com produtividade ineficiente do setor privado, bem como as áreas de eletrificação, siderurgia, petrolíferas e materiais bélicos. Em relação à substituição de importações, Simonsen salientava que este método deveria funcionar por meio de altas tarifas de importação dos bens que poderiam ser produzidos no mercado interno.

Para Furtado (1961) o desenvolvimento não era considerado uma simples etapa histórica pela qual todas as nações deverão passar, mas sim um resultado das relações de trocas iniciadas na Revolução Industrial, que resultou numa periferia subdesenvolvida e dependente. A baixa produtividade e a estrutura de produção arcaica necessitam de um grande volume de recursos para a sua modernização e competitividade, assim a poupança é um grande obstáculo dos investimentos e do crescimento econômico. A maior participação estatal defendida por Furtado determinava a melhoria da distribuição regional e setorial dos investimentos, além da promoção de melhor distribuição de renda, ampliando o mercado consumidor interno e o controle de entrada de capital estrangeiro no país, reduzindo a dependência financeira externa. Defendia, portanto, uma forte atuação estatal de modo que implique diretamente no setor produtivo da economia.

3. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa está compreendida em uma revisão histórica que tem por finalidade expor os processos referentes ao tema “desenvolvimento econômico”, especificando algumas regiões consideradas de suma importância para a história econômica global das nações.

A área de estudo aplicada a esta pesquisa refere-se inicialmente a Europa; mais especificamente os países: Alemanha e Rússia. No modelo europeu, foi verificado a formação dos primeiros mercados nacionais, foram responsáveis a mostrar que a economia nacional é estudada como um espaço político que foi modificado pelo Estado, em um espaço econômico coerente, unificado, onde as atividades passaram a se desenvolver em conjunto seguindo um mesmo rumo. O período de análise da Alemanha compreenderá o início do século XIX até meados do século XX, enquanto na Rússia, será verificado as estratégias de desenvolvimento econômico aplicadas naquela nação referente a transição do século XIX para o XX até o final da Primeira Guerra Mundial.

Por conseguinte, colocar em foco o modelo implantado no Brasil. Que conseguiu aproveitar as fragilidades dos grandes centros durante a década de 30, e reformulou estratégias que implicaram na proteção da indústria nascente nacional por meio da industrialização por substituição de importações e a promoção de poupança forçada pelo Estado. Para o mesmo será aplicada análise a partir do início da década de 1930 até meados da década de 70.

E por fim, analisar o modelo de desenvolvimento econômico aplicado na Ásia onde se verificou o alcance de elevadas taxas de crescimento econômico, forte aumento da renda *per capita*, incremento da produtividade, um grande domínio de tecnologias de ponta, criação de empresas multinacionais além de um forte mercado externo. Analisa-se desse modo, os processos de desenvolvimento econômico adotados no Japão, Coreia do Sul e China. Para o Japão, será analisado o período compreendido entre o início da década de 1950 e final da década de 1970. Mantendo sequência na análise, a Coreia do Sul será analisada no período da década de 1970 até início do século XXI. Enquanto na China, será verificado suas medidas adotadas no período pós década de 1980 até a chegada do século XXI.

Para tanto, faz-se uso de artigos publicados em meios nacionais e internacionais, monografias, dissertações, teses, livros, além de inferências do autor. Assim, a partir das construções desenvolvimentistas dos modelos acima mencionados, se realizará um empenho

para entendimento comparativo a respeito dos métodos utilizados para o alcance do desenvolvimento econômico destas nações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. A forte expansão europeia.

A consolidada Revolução Industrial inglesa, meados do século XVIII, refletiu instantaneamente em outros países da Europa. Verificaram-se grandes aumentos de produções, uma forte concentração industrial com visível divisão do trabalho proletariado, além de crescente consolidação do capitalismo liberal. Com isso, desencadeou um grande processo multiplicador de crescimento populacional daquela região e surgimento de novas cidades. Desse modo, a economia alemã consegue logo no século XX, estar entre os países com maior avanço econômico e com as menores diferenças sociais (BRAGA, 1999).

4.1.1. Alemanha focada na industrialização.

O processo de desenvolvimento alemão através da industrialização foi marcado por vários fatores primordiais e peculiares que contaram vantagem frente a outras nações da época. Tal avanço só foi possível devido à estrutura política adotada na Alemanha no início do século XIX¹. Porém é importante ressaltar, ainda que a corrida industrial alemã tenha sido considerada tardia comparada a vizinha Inglaterra, o país não se enquadrava no subdesenvolvimentismo, visto que seus portos, cidades comerciais e os bancos da época eram fortes e possuíam grande volume de transações (LIMA, 2009).

Dessa forma, é afirmada a autonomia industrial alemã, fortemente impulsionada por uma política protecionista e que chega a um forte desempenho frente a concorrente industrial britânica no setor manufatureiro mundial. E já a partir de 1890, é destacada a batalha por maiores espaços nos mercados ultramarinos que eram dominados exclusivamente pela Grã-Bretanha.

A visível superioridade da indústria alemã era marcada pela expansão nos modelos de inovações tecnológicas da época, as quais foram resultadas de um grande sucesso referente às questões educacionais do país. O sistema educacional se designava a um método nacional de inovações:

A educação alemã era entendida como a transmissão de quatro tipos de conhecimento, cada qual com sua contribuição ao desenvolvimento econômico: 1) a capacidade de ler, escrever e calcular; 2) as habilidades de trabalho do artesão e mecânico; 3) a combinação, pelo engenheiro, entre princípio científico e treinamento

¹Conforme Lima (2009), a industrialização tardia presente na Alemanha se deu pela descentralização do seu sistema político e pela persistência nas relações de caráter feudal nas regiões de maiores riquezas no país. A subdivisão do Estado alemão se enquadrava como grande entrave nas conquistas do desenvolvimento. Embora existissem todos os fatores contrários à industrialização, o domínio centralizado executado pelo Estado Prussiano foi fator impulsionador da economia na época.

aplicado; 4) conhecimento científico de alto nível, teórico e aplicado (BRAGA, 1999 p. 199).

Além da questão educacional, para a economia de uma nação de um modo geral, é necessário para larga escala produtiva, além de prédios e máquinas avançadas, forte investimento em capital social, infraestrutura, e demais qualificações da sociedade.

Era também evidenciado que, todo o avanço econômico encontrado na Alemanha foi marcado por várias e árduas destruições e guerrilhas para instalação do forte capitalismo. O posicionamento político-econômico germânico era caracterizado por uma forte autonomia tanto em políticas monetárias quanto em políticas financeiras. Inicialmente o país aproveitou a ascensão de seu imperialismo nacional-militarista, não se libertando, entretanto dos desastres ocorridos pelo nazismo. Logo após a Segunda Guerra Mundial, converteu esse nacionalismo em um grande projeto nacional de expansão, e assim, chegando a um centro econômico poderoso do projeto conhecido como União Europeia (BRAGA, 1999).

O “*boom* industrial” da Alemanha foi verificado a partir do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, na força estatal implantada no país e ainda acompanhada de uma respeitosa inserção internacional. Visto que a Prússia – principal Estado da Alemanha subdividida, que se baseava na busca pelo poder centralizado – travou um processo bem estruturado de expansão econômica. Este processo se caracterizava na prática do Cameralismo² que conforme Braga (1999 p. 194/195):

“[...] os Cameralistas desenvolveram, entre os fins do século XVI e o final do século XVIII, uma “concepção administrativa” do Estado: fusão articulada da ciência da administração, da economia, das finanças, das técnicas agrária e manufatureira, buscando transformar-se numa nova ciência do Estado. O Cameralismo fez na Alemanha a transição da “arte de governar” para a “ciência do Estado” compatível com o Estado total”.

E desse modo, verifica-se então a inicialização do processo de centralização total do Estado Prussiano, se tornando um dos principais Estados do continente europeu. Eram presentes linhas bem definidas em suas políticas de potência, promovendo o bem-estar, resultando na orientação da economia, numa boa prática do mercantilismo, uma ótima gestão de impostos e inteligentes intervenções setoriais.

² O termo “Cameralismo” provém de uma “instituição característica do Estado patrimonial e do período de luta do príncipe contra as forças intermediárias e locais na fase principal do Estado de castas: a Câmara, órgão privado do governo, [...] administrava os próprios negócios... [...] acentuavam a persistência de uma estrutura descentralizada e articulada do poder, baseada na participação das castas territoriais nos principais negócios do governo” (BOBBIO apud BRAGA, 1999, p.194)

Neste sentido, é perceptível que a expansão econômica do Estado prussiano foi baseada em seus interesses materiais. A Prússia então passou a ter altos níveis de crescimento nas indústrias têxtil, no mercado de bens de luxo e ainda em seu comércio de metais. Logo suas empresas estatais estavam amplamente relacionadas na produção de ferro e carvão, zinco, chumbo e prata. E com isso era verificado o grande salto industrial na economia alemã, lhes conferindo forte organização acompanhada de uma segura situação financeira do país.

Conforme Braga (1999) o Banco da Prússia (antigo Banco Real de Berlin) estava permitido a realizar a emissão de notas no valor de 21 milhões de táleres (moedas de prata da época). Este procedimento mostrava o momento financeiro glorioso vivido pelos prussianos, visto que isto era determinante para a manutenção da estabilidade da moeda nacional.

Ainda segundo Braga (1999), aconteceram mudanças importantes na Europa durante o impulso do Estado prussiano ao crescimento industrial. Assim, renovaram novas perspectivas para a igualdade alemã frente à impulsionada Inglaterra Industrial. Citam-se melhoria nas condições de transporte, a liberação comercial alemã, uma facilitação monetária do país, além de inovações jurídicas e financeiras.

Portanto, a Alemanha via-se inserida na economia europeia, se equiparando ao processo histórico de desenvolvimento obtido pela Inglaterra, visto que conseguiu ultrapassar os obstáculos industriais implicitamente impostos pela Europa ocidental industrializada.

Logo então, a Alemanha tem seu poder amplamente estabelecido. Desta forma, foi afetada de uma forma imperceptível pela Primeira Grande Depressão Capitalista³ de 1873-96, que teve reflexos fortes na América, Europa, especialmente na Grã-Bretanha, e no mundo inteiro.

Continuando a análise da ascensão industrial e desenvolvimentista alemã, verifica-se ainda a superioridade consolidada através das inovações tecnológicas conseguidas pelo país. E para manter o alto nível de inovação implantada, entrava em foco o papel da educação utilizado pela Alemanha industrial. O sistema educacional alemão se apresentava como fator primordial para a existência de uma classe trabalhadora muito bem qualificada e responsável pela alta produtividade social do trabalho. Entende-se assim, que os alemães viam os institutos educacionais como meio prévio de organização para a industrialização futura.

³ Curvo (2011 p.54) define o “Pânico de 1873” como a primeira crise verdadeiramente internacional, que fez sentir principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que por sua vez vinham experimentando um forte crescimento econômico impulsionado pela Revolução Industrial e Guerra Civil Americana. Na Grã-Bretanha resultou em duas décadas de estagnação 1873 a 1896, durante a qual perdeu sua liderança econômica mundial. E dessa forma, perdeu alguns de seus parques industriais para as economias da Europa Ocidental, principalmente para a Alemanha ascendente da época.

A indústria química também foi destaque para o desenvolvimento alemão. Com êxito nos químicos leves e pesados, nas aplicações laboratoriais, além de base para pesquisas científicas de universidades e colégios técnicos, descobrindo novos produtos para diferentes composições. A indústria elétrica também teve participação neste processo, e foi amplamente vista como grande suporte financeiro de bancos representativos para a Alemanha. Conforme Braga (1999) houve destaque para a produção de geradores, acumuladores, e outros equipamentos para usinas elétricas, além de cabos, lâmpadas e equipamentos considerados leves para este tipo de indústria.

E com isso, a explicação para o sucesso alemão se alicerçava na articulação entre bancos e indústrias. Desde o “Cameratismo” utilizado pelo Estado Prussiano, passando pela produção em larga escala, e utilizando a educação como meio alternativo de manter a industrialização; esta articulação ampliava as formas de sustentação monetária e financeira perante o padrão-ouro articulado pelos ingleses, além de continuar com toda a responsabilidade obtida pela Alemanha frente à Europa.

4.1.2. Rússia militarizada para o avanço.

Analisando o processo de ascensão econômica russa, Fernandes (1999) cita a dimensão geopolítica do país como fator crucial para a industrialização e desenvolvimento daquela região. A política adotada na Rússia se mostrava esforçada em levantar um sistema militar moderno baseando-se em frota e exército, que assegurasse a consolidação do Império Russo como potência. Desse modo, a região dos Montes Urais⁴ foi se tornando um grande polo de mineração de ferro e centro da indústria siderúrgica do país. Porém, mesmo com os avanços primitivos evidenciados pela Rússia, todo o processo de industrialização era mantido em escala reduzida e limitada, pois este dependia dos nobres rurais para fornecimento de mão de obra.

No processo de consolidação do desenvolvimento econômico da Rússia, era verificada a singularidade daquela nação em uma experiência alternativa de maneira não capitalista, onde a sua ordem política e econômica internacional não era condizente com a alternativa capitalista mundial. As primeiras indústrias russas a serem estruturadas foram existentes tanto

⁴ Os montes Urais estão localizados na Rússia, possuem cerca de 2500 km de extensão e formam a fronteira tradicional entre Europa e Ásia. A região dos Urais é rica em jazidas de minérios. As minas das montanhas produzem minério de ferro, cobre, ouro, prata e platina. As indústrias locais fabricam produtos de metal e químicos, além de grandes maquinários. No século XVIII, os Urais tornaram-se uma das áreas industriais mais importantes da Rússia. In Britannica Escola Online. *Enciclopédia Escolar Britannica*, 2014. Web, 2014. Disponível em: <http://escola.britannica.com.br/article/482754/montes-Urais>.

na forma de empresas estatais quanto de concessões a privatizações de grupos, que por sua vez, eram pensadas fortemente para a expansão do mercado militarista (exército e tropas) que conseguissem consolidar o Império Russo, inclusive sobre as fortes ameaças da Suécia no Báltico (FERNANDES, 1999).

A Rússia, no entanto, era dona de uma imensa e produtiva reserva de mineração de ferro, base de uma forte indústria siderúrgica primitiva. Desse modo, com exemplos de experiências no sistema de transporte em guerras anteriores, a população russa se via no esforço de construir estradas de ferro por todo o vasto território do país, no intuito de agilizar o andamento dos processos numa possível revolução, e com esse pensamento, conseguiram uma marca de 70 mil quilômetros de vias férreas no interior do país. Porém, conforme Fernandes (1999), o marco da industrialização russa, foi quando a federação adotou táticas de uma política invasiva de substituição de importações, e assim, introduzia-se já em 1896, altas taxas e tarifas viabilizando forte proteção de toda produção industrial, além de manter seguro todos os setores primordiais para continuação da expansão ferroviária, e concomitantemente continuar com a modernização militar, baseado nas indústrias do ferro e aço.

Por conseguinte, foram apontadas algumas diferenças básicas destacadas no processo de desenvolvimento russo, Fernandes, por exemplo, destacava que:

O que distinguiria, nessa visão, a experiência inicial da industrialização tardia russa da sua congênera alemã era o fato de ter o Estado (e não os bancos) assumindo a função de fonte principal de capital para a primeira arrancada. Essa diferença institucional, por sua vez, decorria do maior atraso da economia russa em relação à alemã, que se materializava em uma maior insuficiência na acumulação de capital doméstico (1999 p. 255).

Assim, a maneira que a expansão da industrialização começasse a gerar resultados, a Rússia tenderia para um padrão de desenvolvimento econômico cada vez mais ocidentalizado, com a rede bancária substituindo o Estado como principal fonte de financiamento e logo em seguida as próprias empresas industriais substituiriam os bancos como fonte geradora do estoque de capital no processo produtivo.

Assim, o ápice modernizador da Rússia pautou-se numa força tarefa, realizada exclusivamente pelos recursos estatais, para construção da vasta rede de estradas de ferro em toda a extensão territorial do Império russo. Este fato se deu, pela necessidade do império em transportar suprimentos das tropas durante a Guerra da Criméia⁵, visto que a logística era

⁵ A Guerra da Crimeia ocorreu entre a Rússia e coligação da França, da Sardenha e Império Otomano. O mês de novembro de 1853 marcou o início do conflito, quando a Rússia destruiu a frota turca no Mar Negro. A paz foi acordada no Tratado de Paris, de 30 de março de 1856. Disponível em URL: [http://www.infopedia.pt/\\$guerra-da-crimea](http://www.infopedia.pt/$guerra-da-crimea).

limitada a carroças ou barcos à vela neste período; deixando o Império Russo visivelmente inferior frente à moderna frota de navios de guerra das marinhas da Inglaterra e França.

Anexo a este método expansivo político e econômico da Rússia, o processo de industrialização do Império se consolidou após incorporar em seu sistema econômico a política de substituição de importações. A adoção desta política foi encabeçada pelo Conde Sergei Witte, – ministro das Finanças e do Comércio da Rússia entre 1892 e 1903 – que conforme ele, as grandes potências dependeriam única e exclusivamente do seu próprio poder industrial, obedecendo assim às condições implicitamente impostas nos processos de industrialização e desenvolvimento de cada potência. Logo, para assumir a liderança mundial, a Rússia teria a função de criar um parque industrial considerável em curto prazo (FERNANDES, 1999).

Assim sendo, foram se implantando novos métodos para mantimento desta política de substituição de importações. Um deles foi a elevação expressiva das tarifas com o intuito de proteger toda a produção industrial do Estado russo, principalmente em setores considerados primordiais para a continuação do projeto ferroviário, além da indústria militar latente, baseadas no aço e ferro. A introdução destas taxas na economia russa modificou totalmente o que anteriormente era seguido, quando antes era incentivada a promoção da importação de equipamentos e materiais por meio do aumento das exportações agrícolas, passa a ser retraída este tipo de transação econômica.

Portanto, a Rússia sentiu obrigada a trabalhar a proteção industrial, porém acompanhada de altos recursos estatais nas principais indústrias. Além disso faziam um esforço coletivo para manutenção da ascensão econômica tanto por meio da infraestrutura e construção de ferrovias, quanto pela obtenção de subsídios para instalação de novas companhias empresariais privadas no país.

Toda esta industrialização alcançada pela Rússia gerou resultados bastante significativos no desenvolvimento do país. Analisando este impulso de crescimento industrial verificado na economia russa, percebe-se que grande parte foram mantidos pelas expressivas empresas que se instalaram no país, e desta forma:

“[...] a produção industrial russa cresceu a uma taxa de 8% ao ano na última década do século XIX [...] No setor siderúrgico, foram erguidas unidades agrupando mais de 10 mil trabalhadores [...] Antes da Primeira Guerra Mundial, um único cartel controlava 80% da produção de ferro e aço, enquanto sete empresas controlavam 90% da produção de trilhos para ferrovias. No mesmo período, seis firmas dominavam dois terços da produção petrolífera concentrada na região de Baku, e sete bancos de São Petersburgo eram responsáveis por mais da metade dos créditos estendidos a rodo à indústria russa (FERNANDES, 1999 p. 254).

Era evidenciado assim, certo padrão de desenvolvimento das sociedades mais atrasadas, frente às potências econômicas da época. Desse modo, conforme os países fossem se desenvolvendo mais tarde, a tendência era de seguirem alguns fatores determinantes para o alcance da industrialização, que também foi evidente na ascensão russa. Dentre eles se destacam: preferências às fábricas e firmas de porte grande; políticas de contenção do consumo da população; forte produção de bens de produção; industrialização inicial instável, porém assumindo picos de crescimento em ritmo elevado; entre outros. Tais características estariam presentes no momento inicial de desenvolvimento das nações consideradas atrasadas na economia global.

Porém, Fernandes (1999), analisou que o diferencial do início do processo de desenvolvimento russo da economia alemã estava pautado no fato de possuir o Estado como principal fonte de recursos para o primeiro arranque, e não os bancos conforme era praticado pela Alemanha. Tal processo modificado pela Rússia era decorrente da industrialização tardia vivenciada pelo país em relação à alemã, visto que a economia russa não dotava de uma acumulação de recursos domésticos até acontecer de fato o crescimento inicial.

Para que acontecesse todo este sucesso na corrida desenvolvimentista russa, o Estado não mediu esforços para contratações de empréstimos através dos bancos dos países capitalistas. Ainda participaram destes investimentos, inúmeras empresas estrangeiras com incentivos de capital direto e novos fluxos de crédito. E com isso a Rússia já começava a sentir os reflexos do capital externo envolvido na industrialização:

“[...] o volume total de capital estrangeiro investido na Rússia passou de 215 milhões de rublos (moeda russa) em 1890 para 911 milhões em 1900 e mais de 2 bilhões em 1914. A Rússia já detinha, em 1913, a segunda maior dívida externa do mundo. [...] essa dívida alcançou, no início de 1917, o valor de 10 bilhões e 800 milhões de rublos-ouro. [...] estima-se que, às vésperas da Primeira Guerra, investidores estrangeiros detinham 33% de todo o capital das empresas privadas instaladas na Rússia. (FERNANDES, 1999, p. 256).

A aplicação de recursos externos e capitais de empresas estrangeiras privadas na economia russa, para o alcance da industrialização, ainda lhe renderia sérias dificuldades na balança de pagamentos. Além de aumentar a dependência de novos financiamentos estrangeiros para suprir os saldos deficitários da balança, o regime adotado pela Rússia se via de mãos atadas, caindo em um profundo endividamento.

Com estes episódios desfavoráveis, a partir dos métodos de financiamento adotados pela Rússia, o país via-se dominado pelos principais centros capitalistas da Europa Ocidental, se tornando submisso dos mesmos. Sua alta dependência financeira, principalmente pela

Inglaterra e França, foi um dos principais fatores que levou a entrada do país na Primeira Guerra Mundial juntamente com os países que lideravam a *Entente* (Inglaterra e França), porém não cabe analisar nesta pesquisa, a participação da Rússia na guerra.

Contudo, apesar do grande impulso no desenvolvimento russo no final do século XIX, era visto um elevado atraso na economia do país, principalmente em relação as potências mundiais evidentes. Seus principais setores responsáveis pelo crescimento industrial, já não caminhavam. E assim, a estratégia de desenvolvimento russo falhava fortemente, e não conseguia comparar-se aos demais polos capitalistas emergentes da economia internacional.

4.2. O Brasil e o processo de substituição de importações.

Os países latino-americanos, bem como o Brasil, que passaram pela experiência colonial, continuaram fortemente dependentes das principais potências, mesmo após a independência formal. Assim, tanto os países centrais de desenvolvimento tardio, quanto às antigas colônias se viam na necessidade de formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2012).

A partir de 1930 até meados da década de 70, o Brasil cresceu em ritmo acelerado. A economia brasileira soube utilizar o momento de fragilidade das grandes economias durante a década de 30 para formular suas estratégias de crescimento econômico. Desse modo, suas principais atividades eram baseadas na forte proteção da indústria nascente local (industrialização por substituição de importações), e o fomento de uma forte poupança pelo Estado. Assim, era necessário que o Estado fizesse investimentos diretos em infraestruturas e algumas indústrias de base na qual os riscos não deixavam de ser grandes. Tal estratégia adotada foi nomeada por “nacional-desenvolvimentismo”.

Porém, essa estratégia, que no início foi extremamente importante para a expansão da economia latino-americana, foi perdendo sua eficiência. Desse modo, foram elencados alguns fatos que contribuíram para tal fato, que conforme Bresser-Pereira:

“Os seguintes fatores históricos contribuíram” para esse resultado: (a) a exaustão da estratégia de substituição de importações [...]; (b) o predomínio da interpretação da dependência associada da América Latina [...]; (c) a grande crise da dívida externa da década de 1980, que enfraqueceu os países latino-americanos; (d) a onda neoliberal [...] e (e) o êxito da política norte-americana em treinar os economistas latino-americanos em doutorados nos EUA e Grã-Bretanha (BRESSER-PEREIRA, 2012, P.33).

Assim, à medida que se instalava o fim do nacional-desenvolvimentismo, já se configurava o novo modelo estrategista que fora nomeado de “Ortodoxia Convencional”, onde os mercados considerados livres, a nível mundial, poderiam tratar da promoção do desenvolvimento econômico para todos, de modo que todo o direito de propriedade e os contratos fossem garantidos pelo Estado.

Contudo, a nova estratégia adotada também fracassou devida sua associação a altas taxas de juros e sua maneira cíclica de sobrevalorização das moedas nacionais. A Ortodoxia Convencional era ligada a uma ideologia pensada aos países em desenvolvimento, porém com esses métodos, ela apenas atendia a necessidade dos países ricos em amenizar a força de competição dos países de renda média no contexto internacional.

Por fim, a partir dos eficientes métodos de rápido crescimento dos países asiáticos, tais exemplos servem como base para estudos de aplicação no Brasil. Surge assim uma nova estratégia chamada “Novo Desenvolvimentismo”, que já no século XXI, estuda possibilidades de os países de renda média alcançar os avançados países já desenvolvidos. Adaptam-se a este modelo, ideias, valores, instituições e políticas onde se verifica por parte dos países em desenvolvimento a opção de possivelmente rejeitarem pressões das nações ricas, tendo mais opinião em todo o processo desenvolvimentista nacional (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Um dos fatores mais notáveis de toda a historicidade da economia brasileira a partir da década de 1930 é sua ascensão significativa nos setores industriais. O país já começava a encabeçar os índices de crescimento da renda e emprego. A existente crise agroexportadora gerava circunstâncias para que a economia focasse totalmente no mercado interno, correlacionando assim, com os métodos adotados pelo governo. Origina-se assim, o Processo de Substituição de Importações brasileiro (FONSECA, 2003).

Importante evidenciar que a substituição de importações está centrada na realização da produção interna, que anteriormente era importada no período de República. E alguns acontecimentos são notáveis pós PSI como, ascensão do crescimento econômico pelo setor industrial do país, aumento dos níveis de emprego e renda responsáveis por este setor, além de um surto de lideranças voltadas ao fortalecimento do mercado interno.

Conforme Fonseca (2003), a crise agroexportadora vigente no período do PSI gerava condições extremas para que os governos apreciassem melhor o mercado interno, principalmente através dos setores industriais. Alguns fatores propícios são bem evidenciados. A crise afetou o balanço de pagamentos, resultando na elevação dos preços das importações e reduzindo substancialmente a procura por exportações, fato que prejudicou o preço dos produtos importáveis no mercado global, diminuindo em grande escala o arranjo de recursos

para financiar o saldo deficitário da conta corrente. Se explica desta forma, a busca incessante da economia brasileira pelo fortalecimento do mercado interno, situação que se torna promissora à proteção da produção doméstica.

Fonseca (2003) afirmava também, que outra importante alternativa aproveitada pelo Brasil, durante a crise exportadora, no período do PSI foi a política monetária expansiva que refletia na taxa de juros vigente, deixando-a baixa; logo este método adotado beneficiava todos os setores voltados para o mercado interno e favorecia o investimento e o aumento da produção doméstica. Além disso, a situação de déficits na balança comercial gerava condições para que o governo aumentasse as tarifas sobre os produtos de importação, em decorrência disso, contribuía e fortalecia com os preços em favor da produção interna.

Logo Fonseca (2003) resume que a crise na economia agroexportadora impulsionou de uma forma endógena o crescimento industrial por coagir o governo à adoção de políticas econômicas voltadas a resolução dos impasses nos déficits públicos e no balanço de pagamentos. E para isso, refletiu constantemente na força do mercado interno, principalmente incidindo tanto na taxa de câmbio como na taxa de juros e impostos, além disso, resultando no incentivo à industrialização e desenvolvimento do país.

Porém para implantação da política econômica expansiva brasileira, no momento de crise agroexportadora, o governo do país não poderia contar com investimentos e créditos estrangeiros. Esta situação ocasionava sérias consequências, visto que os empréstimos externos preservavam o nível de renda nominal do país, além de manter também o nível de importações. Com isso esse sistema de política expansiva repunha o estrangulamento externo e modificava relativamente os preços dos produtos da produção doméstica.

O processo de substituição de importações se iniciava frequentemente pelos bens de menores tecnologias implantadas e de simples produção, com pouco investimento acompanhando de uma demanda produtiva já existente. Nesse ritmo, aos poucos a produção iria evoluir para os bens com maior grau de sofisticação até chegar aos bens de capital. Porém o processo como um todo se torna muito mais complicado, conforme Tavares:

Resumindo, podemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização, se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário – para usar uma linguagem figurada – que o edifício seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período (TAVARES. 1983, p.46).

Desta forma, conforme o que Tavares analisou, o processo de substituição de importações exige que de período para período o processo produtivo aconteça em todos os setores concomitantes, focando em setores de grande importância, porém não deixando de lado outros setores da industrialização, para que se alcance a frequência do processo.

Demonstrando melhor o modelo evidenciado por Tavares que, por sua vez, aconteceu de forma parecida no Brasil, Fonseca esclareceu de forma sucinta o método utilizado:

O período que vai do início da recuperação econômica da década de 1930 até 1955, [...], predominou a substituição de importações de bens de consumo popular; entretanto na própria década de 1930 o crescimento industrial atingiu setores não tradicionais, como minerais não metálicos, metalúrgica, papel/papelão e química. Por outro lado, a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda fazia o Brasil ingressar, em grande escala, na produção do aço, imprescindível para o próprio crescimento industrial. Do período que vai de 1956 a 1973, [...], a produção industrial voltou-se prioritariamente aos bens de consumo duráveis, os quais lideravam o crescimento industrial, mas, consigo, impulsionavam os setores de bens de consumo popular, os intermediários e de capital [...]. Finalmente o PSI completa-se no Brasil no final da década de 1970, com a implementação do II PND⁶ do governo Geisel, voltado a substituir importações de bens intermediários e de capital, que ainda impunham barreiras à produção interna (FONSECA, 2003; p.20).

Consoante ao que foi apontado por Fonseca no trecho acima citado, Villela e Suzigan (1973 apud Friedrich, 2009) também conseguiram ilustrar esta recuperação econômica conforme a Tabela 1, que mostra o visível aumento da produção industrial durante a década de 30. Neste período, foi verificada uma significativa evolução na indústria nacional de substituição de importações, principalmente nas áreas industriais de minerais não-metálicos, na indústria metalúrgica, visível também nas atividades com papel e papelão, além dos setores de bebidas e vestuário. Tudo isso acompanhado de um fraco crescimento na contrapartida importada e até mesmo com taxas negativas até o ano de 1939.

⁶ O II PND foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo do presidente Ernesto Geisel. O plano tinha como proposta a realização de um novo desenvolvimento para o Brasil, mostrando preferência ao aumento da capacidade energética brasileira e da produção de insumos básicos e de bens de capital (FONSECA, MONTEIRO, 2007, p.28).

Tabela 1: Brasil - taxas anuais de crescimento da produção industrial e do quantum das importações por gênero de indústrias - 1933/1939

	Produção Industrial 1933/39 (%)	Importações (quantum) 1933/1939 (%)
A. Extrativa Mineral	8,1	3,8
B. Indústria de transformação	11,3	-
Minerais não-metálicos	19,9	-4,3
Metalurgia	20,6	3,6
Mecânica	-	10,5
Material elétrico	-	3,7
Material de transporte	-	9,1
Papel e Papelão	22	4,1
Química	-	3,1
Produtos farmacêuticos	-	-1,1
Têxtil	11,2	-6,6
Vestuário e calçados	9,8	-4,9
Alimentares	1,9	-4,7
Bebidas	8,4	1,8
Editorial e gráfica	-	-3,8
Diversas	-	-7

Fonte: Villela e Suzigan (1973, p. 214) apud Friedrich (2009, p. 34).

Assim, o processo de substituição de importações é compreendido como causador dos balaceios na economia, aumentando e variando cada vez mais a amplitude produtiva industrial brasileira. Conforme descrito, o modelo faria com que os setores propulsores da economia, deixassem de ser pautados basicamente na exportação, passando a efetivar o mercado interno, sob os recursos públicos e privados.

Entretanto, a partir do final de década de 30, como descrito na tabela 2, o crescimento da produção industrial foi bem diferente daquela vivida anteriormente. Principalmente nos gêneros das indústrias de transformação, onde suas taxas de crescimento foram menores que as constatadas na década anterior; porém mesmo assim, destacaram-se os minerais não-metálicos e metalurgia, obtendo índices de crescimento acima da média para o período.

Tabela 2: Brasil - taxas anuais de crescimento da produção industrial - 1939/1945.

Gêneros	1939-1945 (%)
Indústrias Extrativas	3,7
Indústrias de transformação	5,2
Minerais não-metálicos	14,1
Metalúrgica	9,1
Material de transporte	-11
Papel	4,1
Borracha	30
Couros e peles	-2,5
Óleos e graxos vegetais	6,7
Têxtil	6,2
Calçados	7,8
Produtos alimentares	0,9
Bebida e fumo	7,6
Editorial e gráfica	2,3
Construção civil	4,8
Energia elétrica	7,4
Total	5,4

Fonte: Villela e Suzigan (1973, p. 230) apud Friedrich (2009, p. 42).

Traçada a apreciação do processo de substituição de importações – PSI – presente na economia brasileira fica compreendido a sua prosperidade no que concerne a diversificação e à ampliação dos seus principais setores industriais. É evidente também que após a execução do PSI, a renda doméstica que inicialmente era originária do setor agroexportador, passara a ser das transações econômicas internas, fortalecendo assim, cada vez mais, o mercado brasileiro.

4.3. O organizado processo de desenvolvimento asiático.

4.3.1. O Japão e sua organização exemplar para o desenvolvimento.

Amplamente estudado e com um rápido sistema de recuperação econômica, o Japão é exemplificado como um dos modelos mais consistentes de industrialização tardia. Em menos de dois séculos a economia japonesa passou de nação atrasada, frente aos países ocidentais (vistos como modelos a serem seguidos), a uma das grandes potências com amplo espaço no mercado internacional e com forte base política e econômica (FILHO, 1999).

Porém todo o processo da corrida desenvolvimentista japonesa foi marcado por momentos de economia fragilizada devido guerrilhas, conflitos históricos, como a Primeira Grande Guerra. Desta forma, este processo era encaminhado por uma elite japonesa que havia conseguido o trono na Restauração Meiji⁷ com o intuito de impedir que o Japão, a exemplo do que vinha acontecendo na Índia e China naquela época, viesse a se tornar uma colônia estrangeira.

De acordo com Filho (1999) o Japão espantosamente surpreendeu a economia internacional ao despontar com sucesso em sua inserção na economia mundial. No período compreendido entre 1953 e 1973 as taxas de crescimento chegaram a 10% ao ano, o *déficit* do país era praticamente nulo, e a indústria japonesa já não era mais baseada somente no setor têxtil, mas sim nos setores de equipamentos, com alto valor e conhecimento tecnológico, competindo ao extremo com produtos americanos e europeus, foi denominado então, as décadas do “milagre econômico” japonês.

Diante disso, conforme a posição frente à economia internacional e seu grande poder de recuperação econômica, o Japão era considerado a nação exemplo. Pois sua experiência adquirida era sinônima de modernidade, de um trabalho organizado e correto, baseado na ordem e disciplina, sendo visto também como país a ser temido, devido tamanha expansão do seu desenvolvimento econômico, num curto período de tempo.

Continuando análise sobre o desenvolvimento econômico mundial, o tipo de estratégia adotado pelo Japão se configurou como um dos principais e mais respeitados processos de industrialização. Este processo foi encabeçado por uma nobreza que havia tomado poder na Restauração Meiji e mantinha, como projeto essencial, que o Japão não virasse colônia estrangeira. Para obter sucesso neste projeto, envolvia equipar o país não apenas de força militar e instituições modernas, mas inclusive de uma indústria com capitais internos, apta a assegurar o fornecimento de materiais necessários para possíveis confrontos tanto com países vizinhos, quanto com os exércitos ocidentais potentes na visão internacional.

A estratégia inicial era realizar a promoção da centralização política e financeira do Estado japonês. O exército que se formava no Japão era constituído basicamente por filhos de camponeses, obrigados a realizarem pelo menos quatro anos de estudo além do serviço militar imposto a eles. Outra importante atitude foi a procura pela unificação nacional por meio da

⁷ Refere-se à uma série transformações do governo japonês por parte do Imperador Meiji para mudanças nos métodos de educação, economia, religião, entre outros. Originou-se da resistência contra a expansão econômica e militar das grandes potências ocidentais: <http://www.japan-guide.com>

melhoria dos meios de transporte e de telecomunicações. Além de altos estímulos a produção nos setores bélico e têxtil (FILHO, 1999).

Ainda conforme Filho (1999), após a Primeira Guerra Mundial, os mercados asiáticos ficaram bloqueados de serem amparados pelas empresas manufatureiras europeias, sendo trocados pelos próprios fornecedores japoneses. Logo, o sistema exportador adotado pela economia japonesa já acumulava um número considerável de reservas estrangeiras, preparado para assumir papel de credor líquido frente as potências econômicas mundiais.

Tabela 3: Balanço de Pagamentos e reservas internacionais (em milhões de dólares).

Ano	Comércio exterior (Autorizações Aduaneiras)		Balanço de Pagamentos (Δ déficit)		Reservas (ao fim do ano)
	Exportações (FOB)	Importações (CIF)	Saldo na conta-corrente	Saldo no balanço de pagamentos	
1955	2011	2471	-	-	768
1960	4055	4431	143	105	1824
1965	8452	8169	932	405	2107
1970	19318	18881	1970	1374	4399
1971	24019	19712	5797	7677	15235
1972	28591	23471	6624	4741	18365
1973	36930	38314	Δ 136	Δ 10074	12246
1974	55579	62076	Δ 4549	Δ 6839	13518

Fonte: Mizuno (1975, p.42).

Conforme Tabela 3, a expansão das exportações japonesas ajudou a economia a aumentar seu saldo, em consequência disso o país se tornou um modelo de exportação de capitais. É verificado que o balanço de pagamentos alcançou superávits consideráveis, gerando assim, uma rápida captação de reservas internacionais para o país. Neste momento, conforme Mizuno (1975), o Japão via-se como um os maiores possuidores de reservas do mundo, se comparando à Alemanha que era a potência econômica da época.

Em pouco tempo, a economia japonesa se tornara totalmente inserida no âmbito internacional e primordial nas exportações de manufaturas principalmente no mercado asiático. Posição que até aquele momento, era responsável apenas pelas nações europeias.

Porém, a situação interna do Japão foi consideravelmente modificada durante o período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Existia nesse período uma incessante luta pelo poder. O término deste episódio foi marcado pelo desastre japonês em ter retornado ao padrão-ouro, três meses após o início da Crise de 1929. Desse modo, aponta-se que:

[...] As consequências foram desastrosas. Entre 1929 e 1931, o nível de atividade caiu 18%, enquanto os preços agrícolas declinavam cerca de 30%. A crise levou à escalada dos militares ao poder, inclusive através do assassinato de lideranças políticas liberais. Seguiu-se a ação militar-colonial na China e em outros países asiáticos, que só foi detida pela derrota frente aos Estados Unidos, marcada pelas bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki (FILHO, 1999 p. 224).

Entretanto, a partir de 1948, o Japão via-se na missão de articular a restauração econômica e renovar seus principais líderes políticos, de maneira a reintegrar o país, o mais breve possível, à economia internacional, que naquele momento estava sendo comandada pelos Estados Unidos.

Desse modo, os japoneses foram totalmente capazes de se inserirem novamente na economia global de modo invejável. Na década de 1953 até 1973, as taxas de crescimento do país eram altíssimas. A dívida externa foi praticamente eliminada. Houve mudanças na estrutura industrial do país que era baseada na produção têxtil, passara a ser exclusivamente centrada em setores de equipamentos, além de insumos básicos e bens duráveis, administrando a capacidade de competição com os produtos produzidos pelos Estados Unidos e Europa de alto teor tecnológico.

De acordo com a Tabela 4, a taxa anual do crescimento do PNB real cresceu de 8,7% do período 1955-59, para 11,3% entre 1960-69. Enquanto a produção industrial japonesa partia de um contingente de crescimento de 14,2% entre 1955-59 para 14,6% durante todo o período da década de 60. Estas taxas foram extremamente relevantes no processo de reestruturação da economia no país.

Tabela 4: Crescimento do Produto Nacional Bruto e alterações nos índices de preços (taxas anuais e percentagens).

Ano	PNB (%)		Produção Industrial (%)	Elevação de preços (%)	Preços para o consumidor (%)
	Nominal	Real			
1955-59	11,7	8,7	14,2	0,0	0,6
1960-64	16,8	11,4	15,8	0,5	5,4
1965-69	16,3	11,3	13,4	1,6	5,4
1960-69	16,6	11,3	14,6	1,0	5,4
1970-73	16,6	8,3	10,3	4,9	7,6
1970	16,3	9,3	13,8	3,6	7,9
1971	11,2	6,6	2,6	-0,8	6,2
1972	17,3	11,0	7,3	0,8	4,5
1973	21,7	6,1	17,5	15,9	11,7

Fonte: Mizuno (1975, p.41).

O processo de rápida reinserção econômica do Japão está fortemente associado ao aumento da sua produção industrial, verificados especialmente nas indústrias de máquinas e equipamentos pesados, além de insumos básicos para garantia do desenvolvimento. No período pós-guerra, vários países conseguiram reerguer sua economia, e ter efetivos índices de crescimento industrial. Porém cabe salientar e mostrar atenção especial ao Japão, devido suas políticas implicitamente adotadas, que conseguiram revirar uma situação que inicialmente era considerada irreversível, para o sucesso econômico verificado neste período.

Estas duas décadas foram a do chamado Milagre Econômico, que conforme Filho:

[...] o crescimento foi tão rápido que era difícil explicar, [...] com um país tão pobre em recursos naturais, com elevado índice de desemprego, devastado pela Segunda Grande Guerra, atrasado tecnologicamente, protecionista comercialmente, avesso ao capital estrangeiro e com forte intervenção estatal, tinha conseguido, em menos de quinze anos, deixar definitivamente para trás o espectro da pobreza e do atraso, para se tornar, em 1968, a segunda economia do mundo capitalista (FILHO, 1999 p. 225).

Conforme a Tabela 5, o fim deste período glorioso foi marcado pela alta do preço do petróleo em 1973, que era comercializado com preços pelo menos quatro vezes maior que anteriormente. Dessa forma, a economia japonesa precisaria de um bom tempo para retornar novamente à elite industrial.

Tabela 5: Efeitos da Crise do Petróleo na economia japonesa

		Produção Industrial (alteração percentual em relação ao período do ano anterior)	Elevação de Preços (alteração percentual em relação ao ano anterior)	Balço de pagamentos (milhões de dólares Δ déficit)
1973	Outubro	+ 18,8	+ 20,3	Δ 959
	Novembro	+ 17,6	+ 22,3	Δ 1.711
	Dezembro	+ 12,4	+ 29,0	Δ 1.183
1974	Janeiro	+ 9,2	+ 34,0	Δ 1.943
	Fevereiro	+ 8,9	+ 37,0	Δ 1.199
	Março	+ 4,4	+ 35,4	Δ 995
	Abril	+ 3,3	+ 35,7	Δ 777
	Mai	+ 2,6	+ 35,3	Δ 1.014
	Junho	- 1,9	+ 35,3	Δ 1.274
	Julho	- 1,4	+ 34,2	Δ 216
	Agosto	- 6,1	+ 32,8	Δ 513
	Setembro	- 6,7	+ 30,6	128
	Outubro	- 9,9	+ 28,7	354
	Novembro	- 12,4	+ 25,1	230
	Dezembro	- 14,9	+ 17,0	380
1975	Janeiro	- 18,2	+ 10,4	Δ 1.242

Fonte: Mizuno (1975, p.47).

No entanto, a retomada do Japão foi rápida novamente, mesmo desacreditado por todos, conseguiu obter índices elevados de superávits comerciais, período este, referente ao Toyotismo japonês. E, diante do exposto, o Japão foi evoluindo para um novo momento, sendo considerado modelo a ser seguido por algumas nações, visto que suas estratégias econômicas foram alcançadas com sucesso. Além disso, o país também era motivo de atenção, pois com toda essa modernidade construída, sendo sinônimo de nova revolução industrial vigente, o país se tornou a sociedade temida da época. Acreditava-se que a economia japonesa estagnaria os Estados Unidos como potência, e tomaria o lugar do país americano através de sua hegemonia alcançada.

4.3.2. A Coreia do Sul industrializada para o mercado externo

Antes de ter sido proclamada a República da Coreia, em 1948, o país via-se substancialmente controlado pelo vizinho Japão; período este que seguiu até o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém após este momento, a economia sul-coreana encontrou o caminho para o avanço, e um dos principais motivos iniciais deste processo foi o acesso especial que a economia sul-coreana da época tinha com o mercado norte-americano. Durante a guerra do Vietnã, algumas tropas americanas se instalaram no país contando com a ajuda dos coreanos para o fornecimento de produtos, dessa forma o governo norte-americano mostrou total apoio ao que o país precisasse.

O perceptível avanço econômico da economia sul-coreana foi marcado então inicialmente no ano de 1961, que conforme Baumann:

Em 1960, o PNB *per capita* era de US\$ 675 (a preços de 1990); em 1989, já atingia US\$ 4.550 (um crescimento do PIB de 8,4% a.a). A taxa de investimento associada a este desempenho esteve [...] sempre acima de 25% do PIB, tendo chegado no início da década de 90 a quase 40% do PIB. [...] Esse crescimento ocorreu com distribuição de renda: em 1980 a Coreia tinha uma estrutura de distribuição de renda melhor que a dos EUA e a do Japão (BAUMANN, 2002 p. 327).

Haja vista que todo este sucesso da República da Coreia estava alicerçado em uma admirada mão de obra qualificada, além de vários empresários experientes e aptos a participarem ativamente das transações econômicas em âmbito internacional. E isto se tornou uma das principais estratégias da Coreia do Sul frente às economias capitalistas evidentes; a grande preocupação em fomentar cada vez mais o mercado externo.

Conforme Baumann (2002), outra estratégia presente no estilo desenvolvimentista sul-coreano está no grau de concentração produtiva do país. Além da sua situação competitiva com o Japão, que desempenhava papel de fornecedor de bens de capital, concorrente no mercado internacional e interessante mercado futuro para os produtos coreanos industrializados.

As mais variadas formas de analisar o processo desenvolvimentista são unânimes em destacar que entre as principais características desse modelo estão: a existência de um forte estoque de mão-de-obra qualificada desde a década de 60 e um alto número de empresários capacitados e aptos a correrem riscos dentro do mercado internacional que se via favorável no momento. Dessa forma, um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso no modelo de desenvolvimento sul-coreano está alicerçado na forte exploração pelo mercado externo; as

exportações no país chegaram a corresponder 41% do PIB coreano em 1998 (BAUMANN, 2002).

Outra importante consideração a se levar em conta no desenvolvimento econômico sul-coreano é o nível de concentração da estrutura produtiva no país. A política nacional do governo do país estimulou criação de grandes grupos com forte influência nas atividades econômicas da Coreia do Sul. Além disso, sua economia também se via em uma posição estratégica frente ao vizinho Japão. Pois além de ser um dos maiores mercados possível para suprir as demandas de bens de capital, era também um dos principais competidores lado a lado com a Coreia do Sul, no mercado internacional.

Conforme salienta Baumann esta alternativa de inserção da Coreia do Sul no mercado internacional coreano foi caracterizada por quatro elementos básicos:

Em primeiro lugar, a concessão de incentivos variados ao setor exportador, sobretudo financeiro. Segundo, a adoção de uma política sistemática de importação de matérias-primas e bens intermediários, para processá-los e exportá-los com um suplemento de valor agregado. Terceiro [...] um baixo interesse do capital estrangeiro por investimentos diretos na Coreia (sobretudo nos anos 50 e 60), ao mesmo tempo em que se desenvolviam grupos econômicos fundamentais. Quarto [...] incentivos aos investimentos em educação [...] e no mercado de trabalho, o que depois provou ser uma ferramenta essencial para atingir o grau de sofisticação de pauta exportadora a partir dos anos 80 (2002: p. 330).

Contudo, a Coreia do Sul tem sido descrita pela preocupação com a exploração do mercado internacional. Além disso, são envolvidos alguns fatores de estímulos à industrialização, bem como o grau de concentração de estrutura produtiva, onde estimulou a formação de grandes grupos com enorme importância na atividade econômica. Haja vista sua competitividade frente a exuberante forma desenvolvimentista japonesa.

A responsabilidade sul-coreana em manter o foco no desenvolvimento por meio do mercado externo era fundamental, visto que o país não era dotado de um mercado interno propício à assumir suficiente escala de produção, e por também, possuir um setor extrativista com baixa produtividade em comparação as nações latinas, por exemplo (BAUMANN, 2002).

Partindo da opção escolhida pela Coreia do Sul em competir por uma inserção internacional latente, cabe analisar alguns fatores básicos presentes neste processo.

Primeiramente, cita-se a facilidade para a permissão de incentivos ao setor exportador sul-coreano. Com a estratégia de aumento das exportações, presente na economia da Coreia do Sul, tornava-se fácil conseguir incentivos fiscais e monetários para a contribuição neste processo; conforme descreve a Tabela 6, onde o aumento das exportações no país é visível,

desencadeando índices consideráveis. Estava presente também na estratégia, uma organização no sentido de importar matérias-primas e bens intermediários, para que assim, fossem processados para futura exportação com valor agregado ao produto. Este método com certeza traria a economia do país, lucros bem acima do valor gasto na matéria-prima inicial.

Tabela 6: Comércio Exterior - Coreia do Sul (2004-2007) US\$ milhões.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (FOB)	193.817	253.845	284.419	325.465	371.487	422.007
Importações (CIF)	178.827	224.463	261.238	309.383	356.846	435.275
Balança Comercial	14.990	29.382	23.181	16.082	14.643	-13.268
Intercâmbio comercial	372.644	478.308	545.657	634.848	728.291	857.282

Fonte: Korea International Trade Association – KITA.

Baumann (2002), cita outro fator importante a ser analisado neste processo de abertura comercial com ênfase no mercado exterior – a priorização nos investimentos em educação do país. Para se conquistar sucesso em sua jornada exportadora, a Coreia do Sul investia pesado em educação, capacitando os profissionais com cursos voltados para cada área específica, além de formação de engenheiros e cientistas. Isso garantiria sua modernização na produção industrial.

Além de todos os fatores favoráveis ao sistema exportador sul-coreano, o governo exercia papel primordial nos incentivos desse processo, que conforme Baumann;

[...] o governo elevou a taxa de juros reais para estimular a poupança, estimulou a entrada de capitais estrangeiros, desvalorizou e unificou o câmbio e passou a conceder diversos incentivos administrativos, fiscais e financeiros para as empresas exportadoras, bem como isentar de imposto de importação as matérias-primas para produtos de exportação. Durante os anos 60 adotou-se uma política intensa de promoção de exportações, combinada com restrições às importações (BAUMANN, 2002 p. 331).

A Coreia do Sul sofreu, no início da década de 70, algumas situações contraditórias. No âmbito interno, sucederam-se elevação nos salários e uma forte busca por produtos de cunho intermediário, além de maquinarias e equipamentos. Toda a facilidade na obtenção de matérias-primas importadas resultou na retração da oferta interna de bens de produção. Anexo a este fato, os produtos da economia coreana estavam sendo abalados pelo protecionismo dos

países industrializados. Isso estimularia uma procura pela variação e mudança nas exportações (BAUMANN, 2002).

Desta forma, o país adotaria uma estratégia expansionista, focada basicamente nos seguintes setores para desenvolvimento: petroquímica, aço, construção naval, eletrônica, metais não-ferrosos e maquinaria. Para isso, aconteceram mudanças drásticas na estrutura da indústria coreana, inclusive no modo de captação de recursos para investimento na exportação. Foi criado o Fundo Nacional de Investimentos, para permissão de crédito com taxas de juros subsidiadas, e fortes transações comerciais.

Ao decorrer do processo de reestruturação das exportações, a Coreia do Sul via-se altamente responsável para assumir importante papel mundial, frente as economias desenvolvidas. Todavia, aquele montante de investimentos no início da década de 70, resultou numa forte dívida externa coreana. “A dívida externa cresceu de US\$ 4,3 bilhões em 1973 para US\$ 20,3 bilhões em 1979, com grande dependência do petróleo importado: as importações totais aumentaram de 24% do PIB em 1971 para 33% em 1979 (Baumann, 2002 p.332)”.

Então, o que Baumann (2002) explica é que a reestruturação da economia sul-coreana foi permitida devido o alto sistema educacional do país. A partir deste instante, o Estado adotou políticas de promoção da pesquisa e desenvolvimento, realizando novas implantações e selecionando importações de produtos altamente tecnológicos. Assim, os setores primordiais para a economia se tornaram os setores de informática e produtos eletrônicos, bem como as indústrias automobilísticas e bens de capital.

Portanto, o papel exportador da economia sul-coreana se mostra como ensinamento por todas as suas alterações testadas e aprovadas durante o decorrer do tempo. Mesmo estando em progresso com a economia externa, com situação relativamente tranquila e elevada, a Coreia do Sul, ainda assim, passou a incentivar o desenvolvimento intelectual e fomentar a viabilização de um mercado mais sofisticado em termos tecnológicos.

4.3.3. China: uma lição de desenvolvimento econômico.

O processo de desenvolvimento econômico chinês é motivo de estudo e reflexão por muitos estudiosos das teorias desenvolvimentistas. Visto que a China conseguiu mostrar ao mundo, métodos de como uma população considerada pobre e subdesenvolvida, alcançaria o sucesso e mostraria uma grande estratégia de saída do atraso em relação as potências econômicas mundiais mais fortes.

Neste contexto desenvolvimentista enquadra-se a China como modelo para todo o processo mundial. Pires (2011) salienta que desde o início de todo o processo de Reforma e Abertura da economia chinesa (1978), ela é analisada por vários estudiosos referentes à sua teoria de desenvolvimento econômico com elevado êxito. Porém todo o modelo chinês de expansão desenvolvimentista pode ser entendido de inúmeras maneiras por diferentes visões. Para Harvey (2005) a China utilizou um neoliberalismo sem disfarce em sua estratégia evolutiva; já Zheng (2010) enfoca que o modelo chinês é único e conseguiu sua alavancagem decorrente das melhores escolhas políticas de seus dirigentes e de uma atitude consciente e programada quanto à sua estrutura econômica, conseguindo mesclar alta participação estatal com várias formas de propriedade, inclusive privadas.

A China possuía algumas características específicas considerada favorável ao seu modelo de desenvolvimento. Desse modo, se encaixavam, segundo Pires (2011):

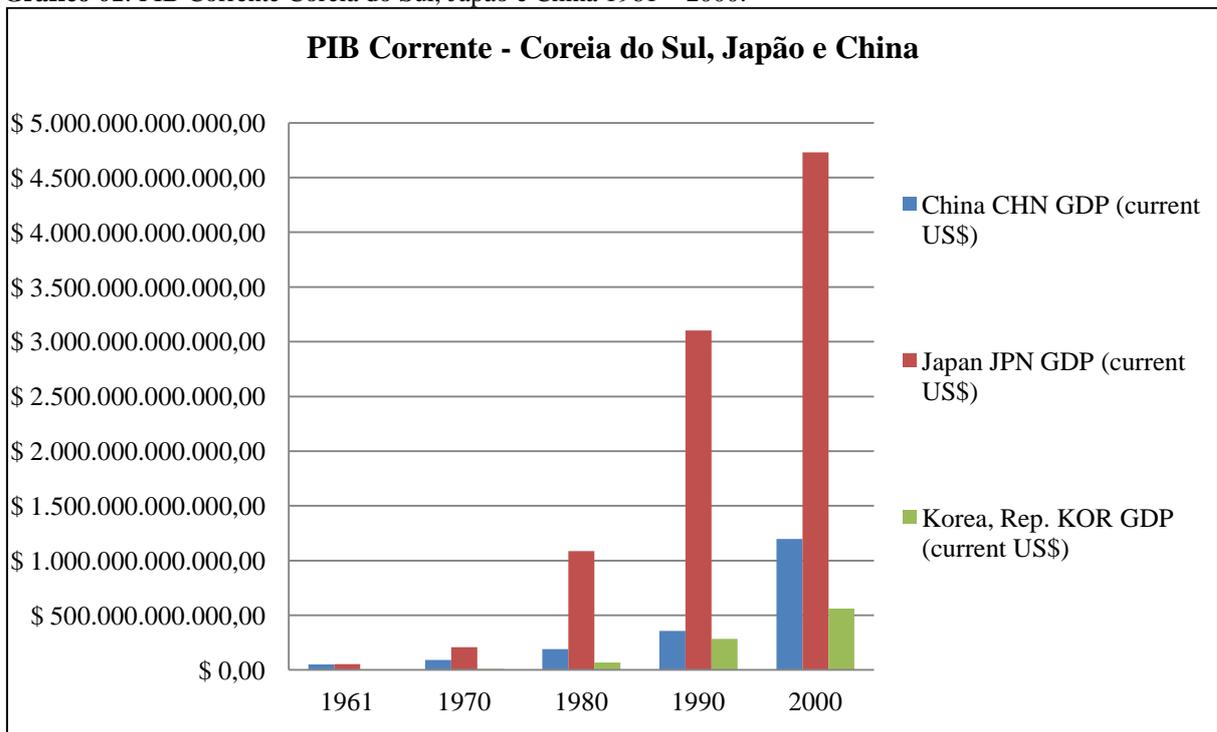
- (a) enorme população, em torno de 1,35 bilhão de pessoas, que, ao mesmo tempo em que era vista como mão-de-obra abundante era também mercado consumidor demandante de grandes volumes de materiais para a manutenção da economia interna;
- (b) sistema político com predomínio do Partido Comunista Chinês;
- (c) Estado Nacional defensor de sua soberania, utilizando suas armas estratégicas;
- (d) um sistema econômico excepcional, caracterizado pela transição rumo à economia de mercado, porém com forte influência estatal no controle; além de
- (e) estratégia bem-sucedida de inserção no mercado global.

Segundo Medeiros (1999) a economia chinesa atingiu um crescimento médio de 7,49% ao ano entre 1978 e 1995, chegando a 10,2% ao ano entre 1985 e 1995. Desse modo, absurdamente eficiente, o setor industrial via-se liderando todas as taxas de crescimento do PIB e emprego. Juntamente com o forte crescimento verificado no país, a população chinesa foi alterando também seus modos de consumo e produção, passando a produzir geladeiras, televisores, entre outros, a taxas absurdamente altas, referente a outros países com forte potencial.

Por fim, é constatado modelo organizado nos modos de busca do desenvolvimento nas nações asiáticas. Porém, a China, merece destaque no que concerne à superação dos impactos regionais e sua evidencia no mercado global. Em todo o processo de modernização chinesa é salientado um novo ciclo sistêmico de acumulação de capital, considerando assim, novas perspectivas para um futuro de superação das principais potências inseridas no atual modelo econômico internacional.

Diante disso, é válido questionar que o processo de desenvolvimento chinês está sustentado pelas estratégias bem-sucedidas do modo asiático de se desenvolver. Haja vista que os países daquele continente, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial, vêm mostrando ao mundo altas taxas de crescimento do produto, grande positividade nas questões industriais, aumentando cada vez mais o desenvolvimento econômico e social destas nações extremamente importantes no âmbito econômico internacional, como podem ser percebidos no Gráfico 01.

Gráfico 01: PIB Corrente Coreia do Sul, Japão e China 1961 – 2000.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, através dos dados do Banco Mundial.

Para inicial análise do desenvolvimento econômico e industrial da China, é interessante salientar algumas individualidades, consideradas positivas, que levaram esta nação a um forte processo de ascensão econômica. Um de seus pontos fortes é o tamanho de sua população que chega ao patamar em torno de 1,35 bilhão de pessoas, que se tornam uma grande fonte de mão de obra, bem como um elevado mercado consumidor interno, além de necessitar de volumosos investimentos financeiros, recursos minerais e materiais para manutenção da larga escala populacional (PIRES, 2011).

Outra importante característica chinesa faz menção ao seu sistema político basicamente predominado pelo Partido Comunista Chinês, fazendo com que o Estado nacional da China esteja habilitado a proteger sua autonomia, utilizando estratégias

diferenciadas de seus parceiros asiáticos. A economia chinesa também está servida de um sistema econômico complexo, caracterizando em uma rápida inclusão no mercado global, se equiparando a potências originalmente industrializadas.

É perceptível o avanço chinês no âmbito econômico. Assim, sua industrialização tem crescido em altíssimas taxas, desde quando começaram as reformas no país, que conforme Pires (2011) nos próximos 30 anos após o fim da década de 70:

... o país superou o Japão como segunda potência econômica, viu seu produto interno bruto aumentar mais de 12 vezes e sua participação no comércio internacional subir de 1% para 10%. A renda per capita aumentou mais de 10 vezes e o nível de urbanização saltou de 20% para quase 50%. Também neste período, assistiu-se ao maior deslocamento humano da história, em que 150 milhões de chineses abandonaram o campo e se deslocaram para as novas indústrias instaladas nas províncias costeiras de Guangdong, Fujian, Zhejiang, Shandong, Jiangsu e Xangai (PIRES, 2011, p. 174).

Conforme constatado por Pires (2011), é interessante salientar que o sucesso chinês se baseou também em uma indústria pesada que estivesse se mostrando muito bem estruturada para o desenvolvimento pleno. Destacaram-se o setor petroquímico, mecânico, energético, transportes, entre outros.

Durante todo o processo de desenvolvimento chinês, o país teve a presença do Estado viabilizando e planejando as políticas de crescimento do setor privado. Logo o gerenciamento econômico foi paulatinamente se alterando para modificar a economia centralizada em uma economia de mercado.

Todas as empresas chinesas foram autorizadas a sobreviver por si só. Antes, a empresa era produtora e o Estado era delegado a realizar a distribuição, porém após isto, as empresas tinham também a responsabilidade de efetivar a venda das mercadorias. Essa liberação comercial foi se estimulando, logo a formação de preços por procedimentos de mercado ganhou espaço. O grande avanço neste contexto está na transferência de muitas organizações estatais para gestão por parte dos trabalhadores e gerentes; mantendo assim sob comando do Estado as empresas declaradas estratégicas para a economia chinesa, tais como os setores de telecomunicação, energia e até mesmo transportes.

Conforme Pires (2011), de modo que a economia chinesa se consolidava, iniciou-se um grande ciclo de migração da zona rural para as cidades do litoral da China. Assim, as empresas acabavam diminuindo os salários dos trabalhadores, visto que elas assumiam as necessidades para sobrevivência das famílias, bem como dormitórios, refeitórios, áreas de lazer e hospitais. A partir destas condições, os salários chineses não eram compatíveis com o

de seus vizinhos asiáticos, e isto garantia à economia chinesa algumas vantagens com intensiva mão de obra e investimentos em capital pessoal e tecnologia.

Uma inteligente estratégia do governo chinês esteve centralizada no processo de engenharia reversa implantada à todas as empresas que se ali se instalavam. Ao se estabelecer no país, o governo chinês oferecia baixos custos de produção e diversas isenções tributárias às empresas estrangeiras, para que a mesma mantenha o nível de desenvolvimento, porém como compensação, era exigido que estas empresas externas criassem laboratórios de pesquisa dentro do território da China, além de formar quadro técnico local para realização de novas tecnologias. O processo de industrialização e desenvolvimento da China obteve bastante triunfo a partir deste método utilizado, considerado modelo para outras nações que viessem a praticar atrativos de empresas estrangeiras.

Portanto, de acordo com a Tabela 7, a China se insere na economia internacional como potência industrial capaz de manter suas relações econômicas com os países mais industrializados, além de atender a si mesma e seus vizinhos melhorando cada vez mais suas políticas adotadas.

Tabela 7: Exportações da China e principais países entre 2000-2002 (bilhões de dólares, FOB).

País	2000	Participação (%)	2001	Participação (%)	2002	Participação (%)
EUA	52,1	20,9	54,3	20,4	70,0	21,5
Hong Kong	44,5	17,8	46,5	17,5	58,5	16,0
Japão	41,6	16,7	44,9	16,9	48,4	14,9
Coreia do Sul	11,3	4,5	12,5	4,7	15,5	4,8
Brasil	1,2	0,5	1,4	0,5	1,3	0,4

Fonte: MRE, Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior (2004, p.46).

Tudo isto, contando com maiores investimentos voltados à exportação e maior liberação dos preços, além de desenvolvimento econômico técnico, intelectual e científico; foram crescendo e gerando forte integração também no seu mercado interno.

Assim, um breve relato a ser pontuado diz a respeito deste processo de desenvolvimento econômico chinês, pois é visto que esta nação se encaminha como destaque na economia mundial que superou os impactos regionais e avança em ritmo acelerado. Também deve ser dada importante atenção no processo de acumulação existente na China, pois conforme os apontamentos, a nação tende a superar expectativas em relação às principais potências da economia globalizada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo teve por base o intuito de analisar alguns dos principais processos de desenvolvimento econômico do mundo. Mostrando as principais estratégias adotadas pelas nações envolvidas, identificando as características semelhantes, bem como aspectos diferenciados também incluídos no processo.

Visto que todas as nações analisadas participaram de um processo de industrialização diferenciado entre eles, pois não acompanharam, na mesma escala a gloriosa Revolução Industrial Inglesa, o resultado obtido é notório que o desenvolvimento econômico das mesmas, foi baseado em políticas estrategistas para o avanço, porém acompanhados de vários empecilhos até incrementar o desenvolvimento de fato. Dentre os pontos cruciais na análise dos processos desenvolvimentistas analisados se destacaram as crises financeiras geradas, as questões cambiais, envolvimento em guerras e conflitos, realização de políticas expansivas e restritivas, presença de protecionismo comercial, opção pela infraestrutura, entre outros.

Na Alemanha mesmo, verificou-se uma forte centralização do Estado baseada na prática do Cameralismo, para que assim houvesse a promoção do bem-estar econômico e social alemão. Este método adotado inovou no desenvolvimento do país. Além de contar com as cidades comerciais, portos e bancos já estabelecidos dentro do território nacional, o país passou a contar com inúmeras inovações tecnológicas, acompanhadas de um alto nível educacional difundido pelo Estado. Neste sentido, é perceptível a expansão desenvolvimentista da Alemanha principalmente na Europa, além de uma forte presença econômica no âmbito internacional.

Já no processo de desenvolvimento econômico da Rússia, diferentemente do caso alemão, o país não possuía algumas regiões estabelecidas industrialmente. Porém era dotado de alguns recursos minerais importantes para o avanço russo na corrida pela industrialização do país. Além disso, a Rússia estava fortemente focada no progresso, por meio do levantamento de um sistema militar moderno acompanhado de um expressivo programa de infraestrutura, através de construção de estradas de ferro em todo o seu vasto território nacional.

Na questão industrial, a Rússia praticou o processo de substituição de importações; assim como realizado pelo Brasil no século XX. Porém, todo este processo evidenciado é realizado de forma um pouco menos intensa, visto que o investimento inicial deveria passar primeiramente pelo Estado e a mão de obra qualificada era advinda da sociedade nobre russa. Processo este que atrasava a rápida inserção da Rússia no mercado internacional.

O procedimento implantando no Japão para despontar o avanço do desenvolvimento naquela nação, era em termos parecido com o da Alemanha. A equiparação entre estes países estava presente na busca pela centralização do Estado, porém no Japão a demanda era pela centralização de questões políticas e financeiras.

Além disso, a relação dos dois países também ficou bastante esclarecida na questão educacional. Assim como a Alemanha possuía um alto nível educacional, o Japão passou a desenvolver este método nos filhos de seus camponeses que participavam do exército militar. A partir daí, via-se um Japão próspero em questões educacionais, se tornando apto a realização de fortes inovações tecnológicas, aumentando assim a produção de bens duráveis, competindo com grandes mercados internacionais como EUA e Europa.

Da mesma maneira que o Japão e a Alemanha, a Coreia do Sul também utilizou políticas de investimentos em educação para realçar o seu desenvolvimento econômico. Deste modo, o país capacitava profissionais, principalmente engenheiros e cientistas, para garantir uma futura modernização em sua produção industrial. Desta forma, conseguiria realizar a exportação de um produto mais elaborado e sofisticado, pautando sua linha na produção de bens de luxo, assim como o Japão.

Outra importante estratégia adotada pela Coreia do Sul foi a atenção dada ao comércio exterior, visto que o país não era beneficiado por um bom mercado interno. Com a intenção de aumentar as exportações substancialmente, verificou-se que a Coreia do Sul era amparada por políticas que facilitavam o estímulo ao mercado externo por meio de concessão de incentivos fiscais e monetários para estes tipos de transações. Estas medidas com certeza levaram o país a aumentar significativamente seus índices de desenvolvimento econômico, frente aos países em ascensão na esfera internacional.

Diferentemente das outras nações analisadas, a China optou pela economia de mercado, onde as empresas deveriam realizar as suas próprias transações e tomar as próprias decisões, a fim de sobreviverem por si só. Além disso, por meio da sua enorme população, a economia chinesa conseguiu manter bons índices do seu mercado consumidor interno, com grande fonte de mão de obra garantida. Conforme verificado no processo de desenvolvimento da Coreia do Sul e da mesma forma na Rússia, a China também se baseou na indústria pesada para sua ascensão econômica frente às economias em ascensão daquele momento.

Apesar disso, a principal estratégia adotada pela China em toda sua busca pelo desenvolvimento pleno foi o processo de “engenharia reversa” aplicada pelo país. Onde as empresas estrangeiras tinham isenções tributárias e fiscais, além de baixo custo de produção para se instalarem naquela região, e em troca deveriam realizar a implantação de laboratórios

de pesquisa para manter o progresso tecnológico e científico dentro do território nacional. Esta medida resultou num êxito considerável pró-expansão do mercado externo e mantendo o nível educacional num âmbito interno concomitantemente. Este método também foi utilizado superficialmente na Coreia do Sul, porém era visto apenas a aplicação de isenções nos tributos existentes no país, visando ampliação do mercado externo coreano.

No Brasil, foi verificado a implementação do processo de Substituição de Importações, onde o país, ao invés de importar, procurava produzir seu mercado interno, atrelado a uma forte redução na compra de produtos de fora do país. Este método também esteve presente no processo industrial na Rússia, porém os mesmos praticavam o PSI com o intuito de criar um parque industrial poderoso visando assumir a liderança mundial. Já no caso brasileiro, era visada menos dependência dos mercados externos, além de aumento da produção doméstica para o alcance do desenvolvimento do país.

A partir disso, o processo de crescimento industrial brasileiro esteve permanentemente focado no mercado interno. Isto em partes aconteceu devido a crise no setor agroexportador no país, pois a mesma afetou o balanço de pagamentos nacional, resultando numa elevação dos preços das importações, mantendo as condições necessárias para investimento na produção doméstica. Conforme ao que já foi tratado, esta preocupação com o mercado interno também foi existente no Japão, que tinha um intuito diferenciado em relação ao Brasil. A economia japonesa se via na missão de aumentar fortemente seu mercado interno para equipar o país com uma intensa força militar e capitais internos, para possíveis confrontos que ajudariam a evitar que o país virasse colônia estrangeira.

Além de tudo, a economia brasileira se via na missão de manter este investimento no mercado interno, pois o momento mantinha condições para isso. Várias consequências ajudavam este propósito, bem como o crescente aumento nas tarifas sobre os produtos de importação, a produção de bens de menores tecnologias e simples produção para conseguir renda doméstica advinda de transações econômicas internas.

Conforme advertido no objetivo desta pesquisa, cada nação analisada possui suas especificidades e características em sua corrida desenvolvimentista. No entanto, cabe pontuar que constataram-se muitas similaridades entres os processos dos países envolvidos, principalmente, em questões de protecionismo comercial, mercado cambial, envolvimento em conflitos, além de foco na infraestrutura e industrialização. Mantém-se neste sentido, a importância de realização de pesquisas relacionadas ao Desenvolvimento Econômico, englobando capacidade produtiva de uma economia, analisando melhorias na qualidade de vida, infraestruturas e mudanças socioeconômicas de determinadas regiões. Por fim, informa-

se que o trabalho busca estimular a discussão a cerca das estratégias de desenvolvimento realizadas pelo mundo, e também atentar-se para as próximas estratégias que virão nessa nova ordem econômica mundial, sempre buscando com anseio um desenvolvimento econômico mais eficaz e equânime entre as nações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial – Brasil – World Bank. <http://www.worldbank.org/en/country>. Acesso em 08/11/2014

BAUMANN, R.. Coréia - **Uma Opção pelo Mercado Externo**. In: **Samuel Pinheiro Guimarães**. (Org.). Coréia - Visões Brasileiras. Brasília: IPRI, 2002, v., p. 325-368.

BOBBIO, Norberto. Et alii (1995), **Dicionário de Política** – Ed. UNB, Brasília – DF 1995

BRAGA, José Carlos de Souza. **Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado**. In: FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo – FGV/ 2008. In: www.bresserpereira.org.br

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. In: Desenvolvimento Econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. PRADO, Luiz C. Delorme; (org) – Rio de Janeiro. Ed. Contraponto – 2012.

CURVO, Raul Murilo Chaves; **Comparação entre as grandes crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)** / Raul Murilo Chaves Curvo. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 222 p.

FERNANDES, Luís Manuel (1999) **Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real**, in: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, Fiori, J. (org.), Vozes, Petrópolis, RJ: 1999.

FILHO, Ernani Teixeira Torres (1999) **Japão: da industrialização tardia à globalização financeira**; in: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, Fiori, J. (org.), Vozes, Petrópolis, RJ: 1999.

FIORI, José Luís; **Sobre o Poder Global – Novos estudos**. - CEBRAP no. São Paulo - Nov. 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1 (109) pp. 28-46, janeiro-março/2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; **O Processo de Substituição de Importações** – Cap. 11 – **Controvérsias sobre as Origens da Substituição de Importações** – 2003.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Paz e Terra: São Paulo, 1961.

Guerra da Crimeia. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em URL: [http://www.infopedia.pt/\\$guerra-da-crimeia](http://www.infopedia.pt/$guerra-da-crimeia). Acesso em 24/06/2014.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Korea International Trade Association – KITA – www.kita.org : acesso em 06/11/2014.

LEWIS, W. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LIMA, Lucas Silvério de; **A industrialização Alemã**. Rio de Janeiro – RJ; UFF/2009.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **China entre os séculos XX e XXI**. In: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Fiori, J. (org.) Ed. Vozes - Petrópolis, RJ. 1999a.

MIZUNO, Hajime. **A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina**. In: Revista de Administração de Empresas. Vol. 15 no. 5 / 40-51 – São Paulo – 1975.

Montes Urais. In Britannica Escola Online. *Enciclopédia Escolar Britannica*, 2014. Web, 2014. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482754/montes-Urais>>. Acesso em: 22 de junho de 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A estratégia de modernização da China como expressão de um “modelo asiático”**. In PAULINO, Luís Antonio. PIREAS, Marcos Cordeiro; As relações China-América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: Saraiva, 2011.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior – Série: Como Exportar**: Ministério das Relações Exteriores, Brasília – 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?** Estudos Avançados; volume 11, número 30, páginas 213-242. Agosto 1997.

SCHUMPETER, J. A.; **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico** – introdução de Rubens Vaz da Costa: tradução de Maria Sílvia Possas – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** / Sao Paulo: 2000. . 409 p.

SIMONSEN, Mario H. e CAMPOS, Roberto de O. **A Nova Economia Brasileira**. Editora Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1975.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. “**Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**”. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica**. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 8, n. 2, 2012.

VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. IPEA/INPES, 1973. Apud FRIEDRICH, Mathias. **O processo de substituição de importações e as alterações na pauta de importações do Brasil: 1930 – 1955**. – UFRGS/ Porto Alegre – 2009.

ZHENG, Yongnian. **China, an emerging power, is exploring its own development model**. China Economist. N° 24 – January-February. Beijing, 2010, pp. 70-80.